
Imigrantes brasileiros de baixa qualificação em Massachusetts: redenção social nos EUA?

Low-Skilled Brazilian Immigrants in Massachusetts: Social Redemption in the Usa?

ANTONIO CARVALHO NETO 

CAROLINA MOTA SANTOS 

ÉRICA CRISTINA PEREIRA LIMA-SOUZA 

FERNANDA VERSIANI 

RESUMO

Este artigo analisa a percepção de imigrantes brasileiros pouco qualificados sobre sua experiência de trabalho nos EUA. Os dados foram colhidos no consulado brasileiro em Boston e na ilha de Martha's Vineyard. A pesquisa combinou abordagem qualitativa com estatística descritiva. Foram realizadas 28 entrevistas semiestruturadas, aplicados 160 questionários fechados e realizada observação. Num segundo momento, a pesquisa seguiu através de redes sociais de imigrantes. A pesquisa mostrou que maioria deles são indocumentados, tem até o segundo grau, trabalha muitas horas por dia, tem um dia de descanso semanal e não tira férias. Trabalham na faxina, como *baby sitter*, na construção civil, limpando neve, na jardinagem. A remuneração dá a eles um poder de compra e de poupança inimagináveis para situação análoga no Brasil. Queixam-se da carga de trabalho, mas sentem-se incluídos na sociedade via consumo e mais respeitados do que no Brasil. Este estudo traz quatro contribuições à literatura: os imigrantes brasileiros nos EUA já não querem mais voltar para o Brasil; o poder de compra e de poupança do imigrante no país de destino é importante na análise; o poder regulador do Estado não só no nível nacional é importante na análise; embora seja um grupo significativo, os imigrantes brasileiros recebem pouca atenção tanto da literatura dos EUA e do Brasil.

Palavras-chave: Mercado de trabalho nos EUA; Sistemas de relações de trabalho; Imigração.

ABSTRACT

This article analyzes the perception of low-skilled Brazilian immigrants about their work experience in the USA. The data were collected at the Brazilian consulate in Boston and on the island of Martha's Vineyard. The research combined a qualitative approach with descriptive statistics: 28 semi-structured interviews were carried out, 160 questionnaires were applied and observation was carried out. In a second step, the research followed through social networks of immigrants. The research showed that the majority of immigrants are undocumented, are low qualified, work many hours a day, rest one day a week and have no holydays. They work in cleaning, as baby sitters, in construction, cleaning snow, gardening. Earnings gives them unimaginable purchasing power and savings in relation to a similar situation in Brazil. They complain about workload, but feel included in society via consumption and more respected than in Brazil. This study brings four contributions to the literature: Brazilian immigrants in the USA no longer want to return to Brazil; immigrant's purchasing and saving power is important to analysis; there is a need to take into account the regulatory power of the State not only at the national level; although it is a significant group, Brazilian immigrants receive little attention from both the US literature and the area of administration in Brazil.

Keywords: Labor market in the USA; Industrial relations systems; Immigration.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo parte das percepções de trabalhadores brasileiros acerca das suas experiências no mercado de trabalho dos EUA, em um dos principais destinos dos imigrantes brasileiros naquele país, o Estado de Massachusetts (Siqueira & Roche, 2013).

Embora os latino-americanos sejam o maior grupo étnico-racial nos EUA, imigrantes brasileiros receberam relativamente pouca atenção da literatura naquele país (Joseph, 2011; Macdonald & Sampson, 2012; Marrow, 2003; McDonnell & Lourenço, 2009). Provavelmente, os motivos são que brasileiros não são tantos nos EUA (Sales, 1992) como outros grupos latinos (Joseph, 2011); muitos

estão em situação irregular no país (Margolis, 1995a) esbarram em dificuldades para classificar-se de acordo com as categorias étnico-raciais do censo dos EUA (Margolis, 1994, 1995a; Marrow, 2003; McDonnell & Lourenço, 2009; Zuraban, 2008). Estes fatos dificultam a coleta de dados sobre os imigrantes brasileiros nos EUA. Isto torna expressiva a contribuição desta pesquisa no plano internacional. Estudos sobre imigrantes tornam-se ainda mais importantes, tendo sido tema central no cenário político internacional, nos EUA ainda mais desde 2017 (Abramitzky & Boustan, 2017), inclusive na disputa presidencial de 2020 (Dick, 2020).

No contexto brasileiro, este artigo se justifica por três motivos. Primeiro, porque historicamente os EUA tem sido o alvo maior da diáspora brasileira, com reflexo inclusive no desenvolvimento regional, como no caso da cidade mineira de Governador Valadares, tradicional exportadora de emigrantes para os EUA, cuja economia local depende em boa parte das remessas de US dólares e investimentos oriundos do trabalho destes brasileiros nos EUA (Lima e Castro, 2018).

Segundo, porque, na área de administração no Brasil, o tema da emigração de brasileiros é muito pouco abordado. Só recentemente vem chamando a atenção de pesquisadores na área (Yamamoto & Oliveira, 2021). Ainda assim, há mais contribuições no caso de imigrantes estrangeiros no Brasil. No caso de o país de destino ser os EUA, o tema, já raro na literatura da área de administração, fica ainda mais raro: os únicos 3 artigos relativamente recentes encontrados numa busca no portal SPELL da ANPAD estão no campo do empreendedorismo (Martes & Rodriguez, 2004; Cruz, Falcão & Barreto, 2017; Cruz, Falcão & Petri, 2018). No campo de gestão de pessoas e relações de trabalho, como aqui se propõe, este artigo é pioneiro no Brasil.

Terceiro, este artigo traz quatro aportes teóricos à literatura na área de administração e mesmo em outras áreas do conhecimento: os imigrantes brasileiros nos EUA já não querem mais voltar para o Brasil. Um fator importante a ser contemplado neste tipo de pesquisa é o poder de compra e de poupança do imigrante no país de destino, o que é muito raro na literatura. Há necessidade de se levar em conta na análise também o ente estadual, como no caso deste

estudo o Estado de Massachusetts, e não só o nível nacional, como é preponderante na literatura. Embora seja um grupo significativo, os imigrantes brasileiros recebem pouca atenção tanto da literatura dos EUA como da literatura no Brasil.

Em seguida, o artigo se divide numa revisão de literatura sobre imigrantes brasileiros no mercado de trabalho dos EUA, em especial no estado de Massachusetts, seguida das considerações metodológicas, apresentação e análise dos dados, para terminar com as considerações finais.

2. BRASILEIROS NOS EUA: BUSCANDO A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO DO ESTADO DE MASSACHUSETTS

A migração em massa da Ásia e da América Latina para os EUA começou em 1965 (Abramitzky & Boustan, 2017), mas foi na década de 1980 que o fluxo migratório de brasileiros para os EUA aumentou significativamente, como consequência da continuada recessão da economia brasileira. Neste período, os EUA passaram a ser uma alternativa tanto para a massa de deserdados de sempre, vítimas eternas da enorme desigualdade social brasileira, quanto para um novo perfil de imigrantes brasileiros, vindos de famílias de classe média que buscavam trabalho que possibilitasse maior capacidade de poupança, investimentos e melhores condições sociais. Desde então, o fluxo de imigrantes brasileiros só aumentou (Goza, 1994; Margolis, 2008; 1995a; 1995b; 2013; Martes, 2000; Martes & Rodriguez, 2004; Messias, 2001; Sales, 1992).

Desde os primeiros anos do fluxo migratório, o estado de Minas Gerais tem sido o principal 'exportador' de imigrantes brasileiros para os EUA. Atualmente, percebe-se um novo ciclo de imigrantes proveniente de outros estados como Goiás, Paraná e Santa Catarina, embora Minas Gerais continue sendo o principal Estado de origem (*Boston Redevelopment Authority Research Division*, 2016).

O governo brasileiro afirma não tem a quantidade precisa de imigrantes que vivem nos EUA. Muitas vezes a variabilidade do fluxo migratório ou a falta de controle das migrações não autorizadas tornam difícil essa estimativa. O Ministério das Relações Exteriores (MRE, 2011) calcula que existam de 1,3 milhão de brasileiros residentes nos EUA, sendo os números mais expressivos nos estados de

Massachusetts, Flórida e Nova York. Em cada um destes três estados, o número de trabalhadores imigrantes brasileiros ultrapassaria os 300.000 naquele ano de 2011.

Não há estatísticas atualizadas sobre imigrantes ilegais ou indocumentados nos EUA. Um dos mais recentes levantamentos que apresentam algum grau de confiabilidade da população brasileira nos EUA é de 2016, conforme dados do U.S. *Census Bureau*. Segundo os dados, os brasileiros representam cerca de 1,4 milhões de imigrantes nos EUA, mais de 90% sem documentos para sequer permanecer no país.

Sempre há muita discrepância entre números oficiais e reais de imigrantes nos EUA, porque os governos federais do Brasil e daquele país só tem o número daqueles imigrantes em situação legal, que são a minoria, já que é muito difícil e demorado obter qualquer tipo de permissão de moradia e de trabalho naquele país. Em qualquer país, manter estatísticas confiáveis sobre imigrantes é um enorme desafio *per si*, quando se estuda qualquer fluxo migratório de pessoas, fenômeno mutante e volátil. Isto se torna ainda mais complexo no país que recebe historicamente o maior fluxo de imigrantes do mundo. Por exemplo, dos mais de 300 mil imigrantes brasileiros vivendo em Boston e região metropolitana, com idade entre 20 e 34 anos, apenas 15% eram naturalizados ou “documentados” há dez anos, de acordo com o MRE (2011).

Outro fator provável fator para essa variação estatística está associado à inadequação da classificação étnica e racial realizada pelos EUA para brasileiros, tendo em vista que todos são rotulados como hispânicos/latinos, sem nenhuma distinção (Margolis, 1994; Marrow; 2003; Zubaran, 2008).

Os brasileiros que migraram nos anos de 1980 e 1990 fizeram parte do primeiro grande fluxo de migração brasileira para Massachusetts (Cebulko, 2013), onde foi realizada a pesquisa que serviu de base a este estudo. O Estado de Massachusetts, em especial a região metropolitana de Boston e suas cidades de entorno, é considerado, junto com a Flórida e Nova York, um dos principais destinos para brasileiros há mais de 30 anos, e ainda mais desde o final dos anos 1980 (Fazito & Rios-Neto, 2008; Lima & Castro, 2018; Margolis, 2013; Siqueira & Jansen, 2012; Siqueira & Roche, 2013; Cebulko, 2013).

Pesquisas apontam que o Brasil é o 14º país que mais compõe a formação da população estrangeira em Boston (*Boston Redevelopment Authority Research Division*, 2016).

Um dos fatores da preferência dos imigrantes brasileiros pela região de Boston e cidades circunvizinhas é a legislação do Estado de Massachusetts e o tratamento acolhedor dispensado pelas autoridades locais e estaduais aos imigrantes. Massachusetts é conhecido por ser um estado de orientação política progressista em relação aos direitos dos imigrantes há várias décadas, de forma continuada, provendo educação e saúde públicas a filhos de imigrantes nascidos na região, além de prover alguma proteção social. Massachusetts é bem mais tolerante a imigrantes do que outros Estados como a Flórida, por exemplo. O salário hora na região sempre foi um dos maiores do país. A intensa migração para a região permitiu a formação de redes de relacionamento e apoio mútuo entre os imigrantes brasileiros (Lima & Castro, 2018). O *boom* imobiliário na região de Boston e municípios circunvizinhos também contribuiu para atrair imigrantes que trabalhassem na construção civil.

Na primeira onda de migração em massa nos anos 1980, grande parte dos imigrantes brasileiros entrou nos EUA e violou os termos de seus vistos de turismo, estabelecendo residência no país, em situação de irregularidade (Cebulko, 2016; Margolis, 1994). Imigrantes nessa condição são indocumentados (não têm documentos) e não possuem autorização para trabalhar ou morar nos EUA (Cebulko, 2013).

Diante dessa falta de documentação, os imigrantes encontram óbvias dificuldades de acesso a melhores empregos e condições de trabalho, em qualquer país (Goza & DeMaris, 2003; Hall & Greenman, 2015). Não ter a documentação necessária para residir e trabalhar transforma os imigrantes em indivíduos mais vulneráveis, à medida em que o trabalhador perde consideravelmente o poder de barganha com o empregador, tendo que aceitar – muitas vezes – salários menores e condições piores e mais inseguras de trabalho.

Nos EUA, este quadro ainda é pior do que em países como a Alemanha, Portugal, Escandinávia e Holanda, por exemplo, onde há sistemas de relações de trabalho muito mais regulados pelo Estado e mais generosos com o trabalhador em termos de proteção social

(Carvalho Neto, Amorim & Fischer, 2016), o que não deixa de ter algum impacto mais positivo, mesmo no trabalho do imigrante. Nos EUA, por ser um país cujo sistema de relações de trabalho é de cunho extremamente desregulado, liberal, também chamado de voluntarista (Carvalho Neto, Amorim & Fischer, 2016), onde não há sequer licença maternidade e as férias obrigatórias são somente de uma semana, onde não há licença remunerada para doenças e tratamento médico, ao trabalhar na informalidade os imigrantes brasileiros acabam por sofrer os impactos desta ausência completa de proteção trabalhista e social ao ocupar muitas funções de baixa qualificação: operário de construção civil, serviços gerais em residências, faxina, jardineiro, garçomete, babá (Goza & DeMaris, 2003; Hall & Greenman, 2015; Messias, 2001; Siqueira & Jansen, 2012).

Estudos mostram que trabalhadores imigrantes de baixa qualificação conseguem trabalho nos EUA com certa facilidade, embora trabalhem longas horas. Já a segunda geração, os filhos de imigrantes, são bem mais qualificados e ganham mais (Duncan & Trejo, 2012). Apesar de as condições de trabalho serem muitas vezes desfavoráveis, os imigrantes brasileiros nos EUA, em sua maioria de baixa qualificação, permanecem motivados a trabalhar longas horas na semana a fim de conseguir a maior remuneração possível (Goza & DeMaris, 2003). Além do ímpeto, certamente relacionado à busca por um estilo de vida que permita aumentar seu poder de consumo, há ainda um sentimento de valorização e respeito por sentir-se incluído numa sociedade de consumo que ainda está entre as mais pujantes do planeta (Martes, 2000).

Esta expectativa faz parte do “sonho americano”, onde nem tudo são flores, como salientam Martes e Serafim (2009). O imigrante brasileiro acaba se submetendo, via de regra, a empregos que tem baixo reconhecimento social, muitas vezes independentemente da qualificação ou de experiências anteriores vividas no Brasil em profissões mais valorizadas socialmente (Margolis, 2013). Ainda que possuam curso superior, por exemplo, não conseguem atuar em funções mais reconhecidas socialmente, a que alguns autores (Lima & Castro, 2018; Magnoli, 2015) chamam de “trabalho para brancos”.

Tal termo “trabalho para brancos” merece uma reflexão, em especial no caso do Brasil, de raízes históricas fundadas na esca-

vidão e no racismo. A diferenciação de classes sociais no Brasil tem como ponto central a escravidão. Esta distinção entre os “brancos” (ou aqueles que perseguem um “branqueamento” para fazer parte da elite branca) e os “negros”, os pobres (a não elite, mesmo que não sejam negros, são tratados como “negros”) impacta na falta de valorização social para a qual Martes (2000) chama atenção como um dos fatores que originam a diáspora do pobre brasileiro, que é a maioria dos imigrantes, e sua satisfação em ser incluído de alguma forma nos EUA, de ser redimido da chaga social, nem que seja via maior poder de consumo do que no Brasil. O Brasil não assume seu racismo, que é negado, mas segue discriminando, como bem salientava Fernandes (1978). No Brasil, a demonização do negro e da sua cultura continuou em meio à transição da escravidão para o sistema capitalista, o que reforçou este quadro de discriminação do pobre (Magnoli, 2015; Souza, 2019).

Isso talvez possa explicar o fato de os imigrantes brasileiros investigados neste estudo desenvolverem atividades nos EUA sem direitos trabalhistas básicos como férias e licença maternidade, e ainda assim avaliarem o tratamento dado a eles como mais respeitoso por parte do empregador do que no Brasil, onde há mais direitos trabalhistas para cerca da metade do mercado de trabalho que tem emprego formal.

O Brasil, embora tenha uma remuneração do trabalho muito baixa, é um país regulador, com vários direitos trabalhistas. No entanto, estes direitos cobrem apenas metade da força de trabalho, grosso modo, já que historicamente a outra metade dos trabalhadores brasileiros sempre viveu na informalidade, sem qualquer direito trabalhista. É desta metade informal que saiu a maioria dos imigrantes que fizeram parte desta pesquisa. Mesmo com a reforma trabalhista de 2017, ainda assim existem mais direitos no Brasil que nos EUA, um país voluntarista nas relações de trabalho, onde há poucas imposições legais sobre o mercado de trabalho, que é extremamente flexível (Carvalho Neto, Amorim & Fischer, 2016). Diferentemente do Brasil, os EUA apresentam um número reduzido de instituições públicas que regulam as relações de trabalho, legislando, basicamente, sobre remuneração mínima e jornada de trabalho, e, apresentando assim, uma maior flexibilidade nos con-

tratos de trabalho em comparação à realidade brasileira (Dedecca & Menezes, 2011).

Nos EUA, como no Brasil, a hora extra é remunerada em 50%. No entanto, consoante com a maior flexibilidade da legislação dos EUA, não há um limite de jornada máxima diária para efeitos de hora extra como no Brasil; ou seja, se o empregado trabalhar doze horas num dia, mas permanecer dentro das 40 horas semanais, não terá direito a hora extra nos EUA (*U.S. Department of Labor*, 2017).

Nos EUA, não há lei sobre a exigência de pagamento de férias, licenças ou feriados. Sendo assim, muitos estados criam leis específicas a fim de estabelecer diretrizes sobre temas cruciais ao sistema de relações de trabalho. Na falta de legislação pertinente, diversos benefícios são acordados diretamente entre empregador e empregado (*U.S. Department of Labor*, 2017).

Assim, o imigrante brasileiro nos EUA de que trata este artigo, de baixa qualificação, que nunca teve direitos trabalhistas em seu país de origem, encontra uma situação semelhante nos EUA.

Certamente, um dos fatores preponderantes na decisão de emigrar para estes brasileiros é o poder de compra que a remuneração do trabalho lhes proporciona, já que um imigrante pouco qualificado nos EUA, trabalhando quase sem descanso, consegue um bom nível de poupança e de consumo quando comparado ao Brasil. No caso do estado de Massachusetts, mais ainda, pois o salário mínimo adotado sempre foi maior do que a média nacional dos EUA (*Executive Office of Labor and Workforce Development*, 2017).

Quando se fala de imigração, uma questão que não pode ser ignorada é o racismo. Uma reação xenofóbica pode ser por vezes esperada por parte de trabalhadores do país receptor, especialmente aqueles com baixa qualificação, que temem a concorrência no mercado de trabalho. Embora estudos como o de Foged & Peri (2016) mostrem que a chegada de imigrantes (no caso, na Dinamarca) pode ter efeitos positivos para os trabalhadores nativos menos qualificados, que passaram a ocupar posições melhores no mercado de trabalho, o cenário mais comum é de rejeição, discriminação e preconceito. Isto ocorre também na mão inversa, quando os brasileiros recebem imigrantes do continente Africano e do Haiti (Versiani & Carvalho Neto, 2021). Mesmo em uma situação especial, como no caso do

Canadá, que tem uma política de imigração muito bem direcionada a trabalhadores de alta qualificação, a integração de fato não é fácil (Oliveira & Kulaitis, 2015). Como nos EUA, também no Canadá (Oliveira & Kulaitis, 2015) os brasileiros não se identificam como latinos, ou latino-americanos, o que contribui ainda mais para sua falta de integração.

3. METODOLOGIA

Uma das características do estudo de caso aqui adotado é a combinação de múltiplas técnicas de coleta de dados, visto que a possibilidade de triangulação entre as múltiplas fontes de evidência torna o estudo mais sólido (Yin, 2015). Por este motivo, esta pesquisa utilizou de entrevistas semiestruturadas, questionários fechados e observação.

Os dados da pesquisa foram colhidos em dois momentos: iniciou-se em 2016 e terminou em 2019. Em 2016, um dos autores deste artigo entrevistou e conviveu com os imigrantes brasileiros durante duas semanas, em dois momentos e contextos distintos. Primeiro, no Consulado-geral do Brasil em Boston, Massachusetts, onde foram realizadas 70% das entrevistas semiestruturadas e 80% dos questionários foram respondidos. Segundo, em uma ilha na região de Cape Cod, chamada Martha's Vineyard, onde cerca de 3.000 imigrantes brasileiros trabalham na manutenção de luxuosas propriedades utilizadas para veraneio. Nesta ilha foram realizadas as entrevistas e respondidos os questionários fechados restantes. Este autor trabalhou como voluntário, junto a um grupo de funcionários do consulado brasileiro que promovia uma ação de documentação na ilha, em apoio a trabalhadores indocumentados. A maioria dos imigrantes brasileiros nos EUA estão nesta situação, como aponta Cebulko (2013; 2016) .

No Consulado-geral do Brasil em Boston, este autor permaneceu 6 dias inteiros (total de 42 horas) na área pública, das 10:00h às 18:00h, gravando entrevistas, aplicando questionários, observando e conversando com os imigrantes de vários municípios próximos a Boston que lá chegavam (por exemplo, Framingham e Stoughton).

Foram realizadas um total de 28 entrevistas no consulado e na ilha, cada uma com duração aproximada de uma hora. Utilizou-se

um roteiro semiestruturado com 15 questões, que podiam variar conforme o andamento da entrevista.

Complementarmente, foram respondidos 160 questionários com 44 perguntas fechadas também no consulado e na ilha. As perguntas fechadas tinham apenas uma opção de resposta, sem escala Likert.

O roteiro das entrevistas semiestruturadas e o questionário perguntavam sobre: perfil; nível de domínio do idioma inglês; razão da emigração; se pretendia voltar para o Brasil e porquê; tipo de trabalho exercido; como conseguiu trabalho; relação do trabalho com qualificação e experiência profissional; tipo de trabalho atual e anterior à imigração; remuneração; se enviava dinheiro ao Brasil; poder de compra; condições de moradia; condições de trabalho; aposentadoria; férias; vínculo trabalhista; e se sofreu discriminação. Além disso, abordou-se diferenças percebidas entre o Brasil e os EUA, a relação entre os brasileiros com os estadunidenses no mercado de trabalho e satisfação geral com o trabalho nos EUA.

Com o objetivo de aprofundar na observação das experiências dos imigrantes brasileiros, o pesquisador dormiu na casa de um imigrante, residente em Martha's Vineyard, por 3 dias. Além disso, procurou conviver com a comunidade local de imigrantes brasileiros, frequentando a igreja onde os brasileiros se reuniram para o atendimento itinerante que o consulado brasileiro em Boston realizou na ilha. Foi lá que conheceu um casal de voluntários, imigrantes já radicados nos EUA, que habitavam na região de Boston. Este casal o colocou em contato com a vasta rede social de *whatsapp*, *Facebook* e *Instagram* dos imigrantes brasileiros em Massachusetts que se mostraria essencial para a segunda etapa da pesquisa, terminada em 2019.

Em Boston, este pesquisador entrevistou mais 4 brasileiros radicados nos EUA há 30 anos, que conduziam programa de rádio, editavam blogs e jornais impressos voltados para esta comunidade.

Durante toda a etapa de coleta de dados, o pesquisador utilizou gravador (com permissão de cada entrevistado) para posterior transcrição das entrevistas e um caderno de campo contendo anotações e observações. As anotações e observações de campo, juntamente com as entrevistas e questionários, possibilitaram um olhar mais próximo da dinâmica do fenômeno estudado, como salienta Bechker (1972).

Ao retornar para o Brasil, os pesquisadores continuaram em contato com imigrantes brasileiros, muitos dos quais haviam participado da pesquisa em 2016, confirmando e atualizando constantemente as informações até 2019. Os dados apresentados na seção seguinte são aqueles que de certa forma perduraram neste período todo, o que lhes dá maior robustez. A combinação de todas essas técnicas de coleta de dados, entrevistas, questionários, observação, *follow up* via redes sociais, foi de suma importância para o alcance da análise descritiva.

Após o levantamento dos dados, ocorreu o processo de triangulação das informações coletadas a partir das múltiplas fontes para proceder à análise. A estratégia foi a análise de conteúdo (Bardin, 2009), com investigação das falas das entrevistas, das respostas ao questionário, das observações realizadas pelos pesquisadores junto ao público deste estudo e das conversas e postagens nas redes sociais, buscando captar também questionamentos ou entendimentos velados presentes nos discursos (Silva & Fossá, 2017).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O alto número de imigrantes brasileiros trabalhando na região de Massachusetts, onde foi realizada a pesquisa que originou este trabalho, pode se dar por diferentes motivos, na visão dos entrevistados: maior facilidade de encontrar trabalho (o poder aquisitivo da população local está entre os mais altos dos EUA, o que favorece a contratação de serviços e o dinamismo da construção civil); salários ou remuneração melhores do que em outros estados dos EUA; influência de amigos brasileiros que já moram nos EUA. No caso de Massachusetts, há outro fator a se levar em consideração. O governo do estado é governado pelo Partido Democrata há décadas, particularmente pelo que se pode chamar de esquerda democrata, que tem uma visão de proteção social rara no país. Por exemplo, mesmo sem documentos, se um casal de imigrantes brasileiros tiver um filho em Massachusetts, a criança tem direito a escolarização gratuita e atendimento de saúde, o que não acontece na Flórida. Muitos imigrantes entrevistados apontaram ser essa uma das principais razões para permanecer nesta região. Todos estes achados corroboram a literatura (Cebulko, 2013; Fazito & Rios-Neto, 2008;

Lima & Castro, 2018; Margolis, 2013; Siqueira & Jansen, 2012; Siqueira & Roche, 2013).

A grande maioria dos 188 trabalhadores brasileiros entrevistados nesta pesquisa não exercia no Brasil uma profissão valorizada socialmente. Emigraram para os EUA para fazer o que sempre fizeram no Brasil: na faxina, na construção civil, como babás. Fazem parte dos deserdados históricos, os “negros” desprezados pela elite e pela classe média brasileira aspirante a elite, como salienta a literatura (Fernandes, 1978; Magnoli, 2015; Souza, 2019). Esses imigrantes têm baixa qualificação, a maioria estava indocumentada, em situação informal, ilegal, no mercado de trabalho dos EUA, o que corrobora a literatura (Goza & DeMaris, 2003; Hall & Greenman, 2015; Margolis, 1994; 1995a; Siqueira & Jansen, 2012).

Por outro lado, mesmo muitas vezes indocumentados, estes imigrantes brasileiros acabam sendo influenciados pelos padrões do sistema de relações de trabalho dos EUA, que impõe condições bastante flexíveis à relação empregado-empregador, com pouquíssimas folgas, longas jornadas de trabalho e remuneração completamente flexível, o que vai ao encontro da literatura (Carvalho Neto, Amorim & Fischer, 2016; Goza & DeMaris, 2003; Hall & Greenman, 2015).

Dos 160 imigrantes que responderam o questionário fechado, 38% estavam entre as idades de 30 a 39 anos, 26% de 40 a 49 anos. O que se explica pelo fato de que 41,9% já estava nos EUA trabalhando de 11 a 15 anos e outros 21% ainda há mais tempo, de 16 a 20 anos. A maioria é casada (64%) e com filhos (77%), 81% deles casados com brasileiros. Portanto, uma força de trabalho mais madura e já mais estabelecida nos EUA. Nas entrevistas semiestruturadas e na observação realizada chamaram atenção os casos daqueles se consideram bem adaptados há 20 ou mais anos, ainda sem documentos, mas que nunca viajaram, nunca saíram da mesma região onde moram. É como se vivessem num gueto do qual não podem – ou têm receio de – sair, onde todos falam português e convivem majoritariamente com brasileiros. O convívio com os estadunidenses se restringe ao horário de trabalho. Como salientado na literatura (Oliveira & Kulaitis, 2015; Margolis, 1994; Marrow; 2003; Zubaran, 2008), os imigrantes brasileiros entrevistados também não se identificam como latinos, embora sejam assim enquadrados nas estatísticas dos

EUA, nem tampouco se identificam como latino-americanos, o que contribui ainda mais para a falta de integração com imigrantes cuja língua é o Espanhol, muito próxima do português.

Metade emigrou para os EUA com a família, e muitos disseram que conseguiram trazer a família aos poucos, às vezes com demora de anos, o que corrobora a literatura sobre a força das redes de relacionamento e apoio mútuo entre os imigrantes brasileiros (Fazito & Rios-Neto, 2008; Lima & Castro, 2018).

De todos os 188 imigrantes que participaram da pesquisa, 74% vieram do Sudeste, e destes 47% de Minas Gerais, região tradicionalmente exportadora de mão de obra para os EUA, que tem a cidade mineira de Governador Valadares como centro maior, o que vai ao encontro da literatura (Lima e Castro, 2018). Outros 22% vieram do estado do Espírito Santo.

A mostra teve 51% de homens respondentes, que trabalham em sua maioria nos serviços de construção civil, reparo de telhados, pintura de casas e jardinagem (nos jardins da frente das residências, podando arbustos e grama ou retirando o excesso de neve). As mulheres trabalham na limpeza de residências e como babás, numa clara divisão de trabalho segundo o gênero.

A maioria dos entrevistados tem baixa escolaridade: 54,4% possui ensino médio completo; 5,6% não tem nem o ensino médio completo; outros 5,6% têm o fundamental completo, enquanto 9,4% não tem nem o ensino fundamental completo. Somente 17,5% tem o superior completo. Estes dados retratam a literatura quanto ao número maior de imigrantes brasileiros com baixa escolaridade nos EUA (Goza & DeMaris, 2003; Hall & Greenman, 2015; Margolis, 2013; Siqueira & Jansen, 2012).

Todos os imigrantes entrevistados deixaram o Brasil em busca de melhores oportunidades de trabalho, o que corrobora a literatura (Goza, 1994; Martes & Rodriguez, 2004; Messias, 2001; Sales, 1992). Disseram que, mesmo exercendo trabalho pouco valorizado socialmente nos EUA, como na faxina e na construção civil, nos EUA oferecem uma remuneração que consideram digna e que permite pagar aluguel de um lugar “decente” para se morar, comprar um bom carro e ter um poder de consumo impossível no Brasil na mesma situação: “Eu tenho casa própria aqui e tenho até uma lavanderia;

não teria isso com o meu trabalho no Brasil” (E2). Essa entrevistada comprou a casa própria depois de muito trabalho na faxina. Foi seu primeiro trabalho nos EUA, em que conseguiu contatos e foi ampliando sua rede de clientes. Ela salienta que a faxina é muito desvalorizada no Brasil e o que se ganha não possibilita consumir produtos considerados socialmente “superiores”, o que coaduna com a literatura (Martes, 2000). Por exemplo, comer camarão é algo comum para ela nos EUA, mas no Brasil não seria possível uma faxineira se dar esse “luxo”. Este sentimento de um certo pertencimento social via melhora no poder de consumo atinge ares de redenção social para brasileiros que sempre foram os deserdados históricos, como apontam Fernandes (1978) e Souza (2019).

Em todos os casos, quando os entrevistados falavam que “nos EUA conseguiam ter uma vida que não teriam no Brasil”, estavam se referindo à capacidade adquirida de entrar no mercado de consumo mais desenvolvido do mundo. Mulheres que trabalharam mais de vinte anos nos EUA na faxina e homens que trabalharam na construção civil foram capazes de comprar imóveis em áreas residenciais de classe média em cidades como Belo Horizonte (MG), Vitória (ES) e Governador Valadares (MG): “Eu tenho um sítio e apartamentos em Valadares, e também apartamento em Vitória. No Brasil não conseguiria o que consegui estando aqui” (E2).

A entrevistada E2 tem 47 anos e está nos EUA há 27 anos. Sempre investiu parte do dinheiro que recebia na faxina, e abriu uma lavanderia nos EUA. Hoje tem a sua própria *Schedule*, isto é, terceiriza uma rede de imigrantes que ela gerencia para fazer faxina nas casas dos clientes nos EUA, dos quais conquistou a confiança em todos estes anos. Além disso, investiu em propriedades no Brasil. Mostra felicidade em conquistar essas coisas com muita dedicação e trabalho duro, mas diz que é “ilusão pensar que viver nos EUA é sempre um mar de rosas”. Como muitos outros entrevistados, enfatizou que é preciso trabalhar muito para conquistar os sonhos, mas não é impossível como no Brasil.

Além disso, para 36,3% dos respondentes, não se trata somente de manter um padrão de consumo inimaginável no Brasil na mesma situação de trabalho, mas ainda conseguir enviar dinheiro mensalmente para ajudar familiares, como salienta a literatura (Lima e

Castro, 2018): “Mando dinheiro para ajudar meus filhos que ficaram no Brasil” (E7); “Além de conseguir me manter aqui, nos EUA, com uma vida que não teria no Brasil, eu consigo ajudar meus pais. Sou muito feliz por isso” (E19). Alguns imigrantes brasileiros relataram que, como não possuem uma rede social intensa como no Brasil, o tempo é todo dedicado ao trabalho.

Os entrevistados confirmaram a literatura (Carvalho Neto, Amorim & Fischer, 2016; Goza & DeMaris, 2003; Hall & Greenman, 2015) que aponta que no Brasil os direitos trabalhistas são mais amplos que nos EUA: “[...] O empregado aqui não tem tantos direitos como no Brasil” (E10); “Eu trabalhei por muitos anos em restaurante aqui nos EUA, eu não tinha benefício nenhum. No Brasil você tem mais direitos do que aqui” (E26). Esta fala mostra a realidade vivenciada no mercado de trabalho por muitos imigrantes brasileiros nos EUA, que percebem que o “sonho americano” não é sempre tão róseo. Outro aspecto relativo que pode ser levado em consideração nesta discussão, já discutido por Margolis (2008; 2013). O lado negativo é visto pelos brasileiros como não ter direito a férias de mais de sete dias; não ter benefícios extra salário; não ter feriados. Quando chegam nos EUA e começam a trabalhar, os brasileiros percebem claramente isso. Primeiro, porque os EUA são menos reguladores das relações de trabalho, o que faz com que o trabalhador “se vire” para conseguir o que deseja. Se a intenção é ganhar dinheiro, tem que trabalhar, e muito, com poucos direitos, comparativamente ao Brasil.

Nos EUA a quantidade de dias de férias é negociada diretamente entre empregado e empregador, podendo o período ser remunerado ou não e variar de acordo com o tempo trabalhado. Assim, “férias geralmente é de 1 a 2 semanas (...) se você não trabalhar, você não recebe, nem toda empresa paga férias para o funcionário e nem todo mundo tem férias pagas” (E12). Com poucos dias de férias, são raros os imigrantes brasileiros que viajam e conhecem lugares diferentes mesmo dentro do território dos EUA. Pesa também o temor daqueles que são indocumentados de serem identificados e deportados, quadro que piorou com o governo Trump, como salienta a literatura (Dick, 2020).

Os imigrantes brasileiros admitem que os benefícios no Brasil são melhores, mas consideram que o salário pago no Brasil não

supre nem mesmo as suas necessidades básicas. Ou seja, mesmo demonstrando insatisfação com a falta de direitos nos EUA se comparados ao Brasil, mostram satisfação pela renda que conseguem obter nos EUA, impossível em situação análoga no Brasil.

Diferentemente do Brasil, conforme os relatos, os direitos dos trabalhadores nos EUA, na maioria das vezes, são acordados entre empresa e funcionário via contrato assinado entre as duas partes. No Brasil, há leis trabalhistas que proíbem certos acordos diretos entre as partes, como nos casos de férias, jornada de trabalho, licença, hora extra. O sindicato tem um papel formal no Brasil maior que nos EUA, onde a falta de representação sindical dos imigrantes leva a maior exploração por parte dos empregadores, conforme salienta a literatura (Carvalho Neto, Amorim & Fischer, 2016; Hall & Greenman, 2015; Goza & DeMaris, 2003; Siqueira & Jansen, 2012). Foi comum ouvir depoimentos que esta flexibilidade no sistema de relações de trabalho dos EUA acaba criando uma relação de enorme vulnerabilidade do trabalhador em relação ao poder que os empregadores detêm na contratação de mão de obra: “Se você chega numa segunda para trabalhar e o cara não quer mais seu serviço ele te avisa e você volta para casa e não ganha nada. Não tem direito a nada” (E10). “Aqui ninguém é fichado. Não existe carteira assinada aqui, tempo de casa, aqui não tem nada disso, eu tenho 15 anos que estou nesta empresa, se eu for dispensado amanhã, já era, não pagam nada” (E17).

Somente 5% dos imigrantes brasileiros entrevistados tinham o cobiçado *green card*, que dá direito à moradia permanente e trabalho legalizado nos EUA. Nestes casos, trabalham em grandes empresas e outros tipos de grandes organizações (como nas forças policiais, caso de algumas entrevistadas). Nestas condições, têm férias de 15 dias ao invés de 7 dias, e vários são representados por sindicatos. Como explica E27: “Se a empresa tem sindicato é melhor porque pelo menos você tem seus direitos defendidos. Você não é despedido por qualquer coisa, por exemplo”. Como salienta a literatura, nos EUA os sindicatos têm que conquistar o direito de representar os trabalhadores de uma determinada empresa, assim na maioria das empresas não há representação sindical (Carvalho Neto, Amorim & Fischer, 2016).

Em relação à jornada de trabalho, a legislação dos EUA estabelece a quantidade máxima de 40 horas/semana, com acréscimo de 50% sobre a hora normal. Alguns imigrantes relataram que nem todos empregadores seguem essa regra, porém na maioria dos casos pagam horas extraordinárias conforme a legislação. Muitos entrevistados reforçaram a necessidade de trabalhar de 10 a 12 horas por dia com um dia de descanso semanal e/ou de se manterem pelo menos em dois trabalhos:

“De segunda a quarta, trabalho 13 horas por dia. 8 horas na empresa mais 5 na lojinha. Depois, quinta, sexta e sábado, trabalho 8 horas porque não trabalho na lojinha e domingo trabalho o dia todo na lojinha. Trabalho todos os dias da semana. O brasileiro aqui rala muito mais que no Brasil. Aqui é muito comum ter dois trabalhos” (E8).

Todos os entrevistados concordam com o entrevistado E8 acima, com a percepção de que os brasileiros nos EUA trabalham muito mais que no Brasil.

O rendimento mensal médio do trabalho relatado ficou em US\$ 3.000,00 para todo o grupo de entrevistados. Os 19% que relataram renda mensal maior, entre US\$3.000,01 a US\$5.000,00, estão nos EUA de 11 a 15 anos, um longo período no mercado de trabalho local. No outro extremo, os 16% que relataram média salarial entre US\$1.000,01 a US\$3.000,00 estão nos EUA entre 6 a 10 anos.

Quase 60% **não pretende voltar a morar no Brasil**, devido às melhores oportunidades de trabalho e de consumo nos EUA. Voltariam ao Brasil para passear ou somente depois que parassem de trabalhar. Expressaram muitas dúvidas quanto ao que fariam depois da aposentadoria.

Este achado de pesquisa contraria os dados do estudo de Margolis (2013), que indicaram que os brasileiros emigravam para os EUA para ganhar dinheiro e voltar para o Brasil, mesmo que fossem adiando cada vez mais este retorno. Os dados desta pesquisa sugerem o contrário, que os imigrantes brasileiros nos EUA não querem mais voltar para o Brasil. Os entrevistados se mostraram firmes nas respostas, dizendo claramente que não pensam em adiar nenhuma volta ao Brasil. Simplesmente não pensam em voltar. De acordo com

60% dos entrevistados, a maioria deles estando nos EUA há mais de dez anos, voltar para o Brasil passou a ser visto somente como passeio, não como morada.

Dentre aqueles que relataram salário mais baixo, em torno de US\$1.000,00 (5%), 3% residem nos EUA de 16 a 20 anos, migraram desde crianças para acompanhar os pais ou nasceram nos EUA. Possuem apenas um emprego, trabalham em média 6 horas por dia. Esta já é uma nova geração de filhos de imigrantes brasileiros criados nos EUA, fluentes em inglês, plenamente adaptada, como aponta a literatura (Duncan & Trejo, 2012).

Além do salário, os trabalhadores nos EUA não contam com benefícios que são leis no Brasil, como: ajuda de transporte até o trabalho e programa de alimentação do trabalhador.

Os pontos positivos levantados pelos imigrantes brasileiros para ficarem nos EUA não são somente relativos ao rendimento e poder de consumo. Eles se sentem mais respeitados e mais bem tratados pelos empregadores estadunidenses:

“Eu valorizo demais a educação dos americanos, a forma como me receberam no trabalho e me aceitaram, mesmo sabendo da minha situação (imigrante indocumentada). Me aceitaram como cidadã. Isso no Brasil não existe, lá não existe respeito. Muito menos para quem trabalha como faxineira ou outras atividades assim” (E2).

Os depoimentos das faxineiras foram muito claros a este respeito: “prefiro patrão americano, ele trata a gente como pessoa”. Ou: “aqui nos EUA até assustei. Fui contratada como babá; quando o patrão chegou na cozinha eu já ia levantando para arrumar a comida para ele e ele disse que eu estava ali como babá, a comida ele fazia para nós todos, e me serviu”. Eles se sentem mais valorizados e reconhecidos: “nós somos tratados como gente aqui (EUA), independente do trabalho em que estamos, percebemos que isso é porque eles nos respeitam se a pessoa sabe fazer bem o trabalho” (E25). Estes dados vão ao encontro da literatura que enfatiza a cultura escravocrata da classe média “branca” (Souza, 2019; Fernandes, 1978), que é quem emprega estes trabalhadores no Brasil e ainda deixa lamentáveis resquícios escravocratas nas relações de trabalho.

A maioria dos imigrantes entrevistados possui baixa escolaridade, o que corrobora a literatura (Goza & DeMaris, 2003; Hall & Greenman, 2015; Margolis, 1994; 1995a; Siqueira & Jansen, 2012). Esta mão de obra pouco qualificada, ao chegar ao mercado de trabalho dos EUA, manteve-se em atividades que já ocupava no Brasil, como limpeza, construção civil e carpintaria (no caso da construção civil, a especialização nos EUA é maior que no Brasil: uns trabalham só em tetos de residências; outros no interior das residências; outros em jardinagem; outros limpando neve).

Mesmo a minoria (17,5%) dos imigrantes brasileiros entrevistados em Massachusetts com ensino superior completo, que tinham vivenciado no Brasil experiências de trabalho em advocacia, educação (professores) e gestão, via de regra, não se manteve na mesma área nos EUA, passando a atuar nos setores de limpeza, alimentação (restaurante) e babá, o que corrobora a literatura (Goza & DeMaris, 2003; Hall & Greenman, 2015; Lima & Castro, 2018; Margolis, 2013; Siqueira & Jansen, 2012). Somente 1,25% destes trabalhadores de alta escolaridade conseguiram postos de trabalho similares aos que executavam no Brasil, e trabalham em grandes empresas e outras organizações nos EUA, como bancos e na polícia.

Enquanto estes imigrantes brasileiros que possuem maior nível educacional (ensino superior) e se sujeitam a trabalhar nos EUA em empregos que não possuem reconhecimento social no Brasil expressam sua frustração, a maioria de pouco qualificados que já trabalhavam nestes empregos no Brasil continuam a exercer este tipo de atividade com maior satisfação nos EUA por “não se sentirem discriminados”. Para eles, trabalhar na faxina no Brasil, por exemplo, tem um peso negativo maior do que exercer a mesma função nos EUA. Eles ainda relataram que seus familiares e amigos residentes no Brasil enxergam de maneira menos preconceituosa a mesma atividade quando esta é exercida nos EUA.

Isso pode ocorrer devido à maior possibilidade de consumo de produtos e/ou serviços que são socialmente construídos e percebidos pelos imigrantes como de maior *status*. O caso do imigrante que está há cerca de 30 anos nos EUA indocumentado, não tem primeiro grau completo e trabalha numa pequena empresa de reparos em residências, que consegue alugar um pequeno apartamento muito

bem mobiliado em que vive só, trocar de BMW a cada dois anos e usar perfumes franceses diariamente, roupas “de marca” e celulares modernos não é isolado. Muitas faxineiras fizeram menção a celulares, perfumes e roupas que elas agora têm que são “de gente rica no Brasil”. Ao adquirirem tais produtos, os imigrantes passam a se sentir como uma nova classe social, deixando de se ver como “faxineiras”, “serventes”, “pedreiros” e passam a se ver e ser vistos pelos seus conterrâneos no Brasil e nos EUA como “aquele que tem uma BMW”, “aquela que manda dinheiro para família”, “aquela que tem propriedades”, etc. Passam a ser pessoas de posses e o tipo de trabalho passa a não ser a primeira marca social da pessoa, como era no Brasil. Como mostra claramente a fala a seguir:

“A vida aqui não é fácil, a gente trabalha muito, filho na escola, a vida aqui é muito mais corrida que no Brasil, mas em compensação a gente ganha por semana, e ganha bem. Você tem o prazer de ir num shopping e comprar uma coisa que você está afim, olhou uma roupa, gostou, comprou, um sapato, um carro bom. No Brasil você não consegue” (E7).

Para estes imigrantes de baixa escolaridade, oriundos de classe social baixa, que são a maioria dos brasileiros nos EUA, as oportunidades de mobilidade social no Brasil são muitíssimo restritas. As opções de trabalho são essas, na maioria das vezes, com pouquíssimo reconhecimento social e salários muito baixos, dificultando a inserção na sociedade brasileira, ainda que seja pela entrada no mercado de consumo.

A ascensão social pode ser considerada fator que impulsiona a tomada de decisão dos brasileiros em migrar para os EUA e permanecer lá. Ou seja, conforme aponta a literatura (Magnoli, 2015; Souza, 2019), buscando se afastar do que caracteriza o “inferior”, distanciando-se assim da discriminação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política do governo estadual de Massachusetts em relação aos imigrantes tem sido de tolerância e inclusão há décadas, garantindo-lhes alguns direitos de residência temporária para tutorar filhos

ali nascidos, saúde e educação pública e gratuita, e até mesmo de pagamento e restituição do imposto de renda. Estes benefícios, que não existem em outros estados dos EUA que são polos importantes de imigração de brasileiros como a Flórida, são um dos fatores de atração e retenção de imigrantes brasileiros. Esta característica mais reguladora do Estado de Massachusetts vai ao encontro da literatura clássica de relações de trabalho, que considera este ator social, o Estado, como relevante. No entanto, este estudo avança ao identificar a necessidade de se levar em conta também o Estado nos seus diferentes níveis de representação territorial, já que os EUA são tratados de forma preponderante pela literatura como um corpo uniforme, no nível nacional.

Os trabalhadores imigrantes brasileiros nos EUA, majoritariamente no caso da pesquisa que originou este artigo, são de baixa qualificação e indocumentados, como parece ser o caso da maioria dos brasileiros que radicaram naquele país, o que vai ao encontro da literatura.

Destaca-se também a relevância deste estudo em olhar para a inserção dos imigrantes brasileiros nos EUA por meio do maior poder de consumo que adquirem, fator positivo muito ressaltado nas falas deles sobre a importância de terem o “poder” de consumir, tanto na região em que vivem nos EUA, como no Brasil (comprando até imóveis). Esse *status* foi visto como um diferencial quanto a trabalhar no Brasil em situação de emprego não valorizado socialmente e trabalhar nos EUA em empregos similares.

Nos EUA, os imigrantes brasileiros de baixa escolaridade, que se constituem na regra geral, trabalham muito, trabalham duro, quase sem descanso, e não têm os direitos que têm aqui no Brasil os trabalhadores que têm emprego formal (cerca de metade dos trabalhadores brasileiros sempre trabalhou na informalidade, sem direito algum). Estes trabalhadores pouco qualificados no Brasil, se não estão na informalidade, tem até mais direitos que nos EUA, como férias, décimo terceiro, mas ganham muito pouco, tem um poder aquisitivo aqui no Brasil que mal dá para sobreviver. Nos EUA, por outro lado, conseguem ter um padrão de vida impensável para seus colegas de sina e de cruz no Brasil, melhor às vezes até mesmo do que setores da classe média baixa brasileira.

Nesta comparação, que infelizmente desabona o Brasil em relação aos seus deserdados, mais pungente é a frase: “aqui nos EUA somos reconhecidos como gente”, dita diversas vezes pelos entrevistados, homens e mulheres, pedreiros, carpinteiros, faxineiras, babás. A percepção destes brasileiros sobre seu país de origem quanto à depreciação desumana e humilhante que sofrem no Brasil ficou patente. Exercendo a mesma função nos EUA e no Brasil, tiveram a oportunidade de associar claramente as questões de preconceito no Brasil com a pessoa que exerce a tarefa laboral de menos reconhecimento social.

Sendo, assim, este estudo mostrou como fator importante a ser contemplado na pesquisa sobre migração e relações de trabalho o poder de compra e de poupança do imigrante no país de destino.

Esta pesquisa mostrou também que os imigrantes brasileiros nos EUA, mesmo os que estão naquele país há 10, 15, 20 anos, não querem mais voltar para o Brasil, o que contraria a literatura. Este outro achado de pesquisa indica também outras possibilidades para novos estudos.

REFERÊNCIAS

- Abramitzky, R., & Boustan, L. (2017). Immigration in American economic history. *Journal of economic literature*, 55(4).
- Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 3.
- Bechker, H. A. (1972). Observation by informants in institutional research. *Quality & Quantity*, v. 6, p. 157-169.
- Boston Redevelopment Authority Research Division (2016). Brazilians in Boston. Recuperado a partir de <http://www.bostonredevelopmentauthority.org/getattachment/ac4100df-475b-4aa8-b82c-f0f0b700337c>.
- Carvalho Neto, A., Amorim, W. & Fischer, A. L. (2016). Top Human Resources Managers Views on Trade Union Action in Brazilian Corporations. *Brazilian Administration Review*, 13(4), 1-23.
- Cebulko, K. (2013). Documented, Undocumented, and Liminality Legal: legal status during the transition to adulthood for 1.5-Generation Brazilian Immigrants. *The Sociological Quarterly*, 55(1), 143-167.
- Cebulko, K. (2016). Marrying for papers? From economically strategic to normative and relational dimensions of the transition to adulthood for unauthorized 1.5-generation Brazilians. *Sociological Perspectives*, 59(4), 760-775.
- Cruz, E. P., Falcão, R. P. Q., & Barreto, C. R. (2017). Estudo Exploratório do Empreendedoris-

mo Imigrante Brasileiro em Pompano Beach e Orlando - EUA. *Revista Gestão & Planejamento*, 18(1), 37-54.

Cruz, E. P., Falcão, R. P. Q., & Petri, F. C. (2018). Explorando o Empreendedorismo do Enclave Brasileiro no Sul da Flórida. *Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios*, 11(1), 138-164.

Dedecca, C. S. & Menezes, W. F. (2011). Os sentidos das precariedades em dois mercados nacionais de trabalho: Brasil e EUA – uma comparação. *IE/UNICAMP*, n. 191.

Dick, H. P. (2020). Racializing Discourses of Illegality: Mexican and Central American Migration in the Time of Trump. In: Alim, S. H., Reyes, A. & Kroskrity, P. V. (eds.). *The Oxford Handbook of Language and Race*, Oxford University Press.

Duncan, B. & Trejo, S. (2012). Low-Skilled Immigrants and the US Labor Market. In: Jefferson, P. N. (ed.). *The Oxford Handbook of the Economics of Poverty*, Oxford University Press.

Executive Office of Labor and Workforce Development (2017). Minimum Wage Program. Recuperado a partir de <http://www.mass.gov/lwd/labor-standards/minimum-wage/>

Fazito, D. & Rios-Neto, E. L. (2008). Emigração internacional de brasileiros para os EUA: as redes sociais e o papel de intermediação nos deslocamentos exercido pelas agências de turismo. *Revista Estudos Populacionais*, São Paulo, 25(2), pp. 305-323.

Fernandes, F. (1978). A integração do negro na sociedade de classes. *Ensaio de interpretação sociológica*, 1.

Foged, M. & Peri, G. (2016). Immigrants' effect on native workers: New analysis on longitudinal data. *American Economic Journal: Applied Economics*, 8(2), 1-34.

Goza, F. (1994). Brazilian Immigration to North America. *International Migration Review*, 28(1), 136-152.

Goza, F., & DeMaris, A. (2003). Unemployment transitions among Brazilians in the United States and Canada. *International Migration*, 41(5), 127-152.

Hall, M., & Greenman, E. (2015). The occupational cost of being illegal in the United States: legal status, job hazards, and compensating differentials. *International Migration Review*, 49(2), 406-442.

Joseph, T. D. (2011). "My life was filled with constant anxiety": anti-immigrant discrimination, undocumented status, and their mental health implications for Brazilian immigrants. *Race and Social Problems*, 3(3), 170.

Lima, Á. E. C., & Castro, A. D. L. B. (2018). Brasileiros nos EUA-Meio Século (Re) fazendo a América (1960-2010). *REMHU-Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 26(52), 273-275.

MacDonald, J., & Sampson, R. J. (2012). The world in a city: Immigration and America's changing social fabric. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 641(1), 6-15.

Magnoli, D. (2015). *Uma gota de sangue: história do pensamento racial*. Editora Contexto.

Margolis, M. L. (1994). *Little Brazil: an ethnography of Brazilian immigrants in New York City*. Princeton University Press.

- Margolis, M. L. (1995a). Brazilians and the 1990 United States Census: Immigrants, ethnicity, and the undercount. *Human Organization*, 52-59.
- Margolis, M. L. (1995b). Transnationalism and popular culture: The case of Brazilian immigrants in the United States. *Journal of Popular Culture*, 29(1), 29.
- Margolis, M. L. (2008). Brasileiros no estrangeiro: a etnicidade, a auto-identidade e o “outro”. *Revista de Antropologia*, 51(1), 283-299.
- Margolis, M. L. (2013). *Goodbye, Brazil: emigrantes brasileiros no mundo*. São Paulo: Contexto.
- McDonnell, J., & Lourenço, C. (2009). You’re Brazilian, right? What kind of Brazilian are you? The racialization of Brazilian immigrant women. *Ethnic and Racial Studies*, 32(2), 239-256.
- Marrow, H. (2003). To be or not to be (Hispanic or Latino) Brazilian racial and ethnic identity in the United States. *Ethnicities*, 3(4), 427-464.
- Martes, A. C. B. (2000). *Brasileiros nos EUA: um estudo sobre imigrantes em Massachusetts*. São Paulo: Paz e Terra.
- Martes, A. C. B., & Rodriguez, C. L. (2004). Afiliação religiosa e empreendedorismo étnico: o caso dos brasileiros nos EUA. *Revista de Administração Contemporânea*, 8(3), 117-140.
- Martes, A. C. B. & Serafim, M. C. (2009). O Sonho Americano. *GV-executivo*, 8(2), 28-31.
- Messias, D. K. H. (2001). Transnational perspectives on women’s domestic work: Experiences of Brazilian immigrants in the United States. *Women & Health*, 33(1-2), 1-20.
- MRE - Ministério das Relações Exteriores (2011). Informações aos brasileiros em Massachusetts/EUA. Boston, MA. Recuperado a partir de <http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/cartilhas/cartilha-2012.pdf>
- Oliveira, M & Kulaitis, F. (2015). Imigrantes brasileiros no Québec: entre integração e mobilidade. *Sociologias*, 17(39).
- Sales, T. (1992). Imigrantes estrangeiros, imigrantes brasileiros: uma revisão bibliográfica e algumas anotações para pesquisa. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 9(1), 50-64.
- Silva, A. H., & Fossá, M. I. T. (2017). Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. *Dados em Big Data*, 1(1), 23-42.
- Siqueira, C. E. & Jansen, T. (2012). Working conditions of Brazilian immigrants in Massachusetts. *Journal of immigrant and minority health*, 14(3), 481-488.
- Siqueira, C. E. & Roche, A. G. (2013). Occupational health profile of Brazilian immigrant housecleaners in Massachusetts. *NEW SOLUTIONS: A Journal of Environmental and Occupational Health Policy*, 23(3), 505-520.
- Souza, J. (2019). *A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro*. Estação Brasil.
- U.S. Department of Labor (2017). Compliance Assistance: Wages and the Fair Labor Standards Act (FLSA). Recuperado a partir de <https://www.dol.gov/whd/flsa/>
- Versiani, F., & Carvalho Neto, A. (2021). Migração Sul-Sul: Um Estudo sobre Refugiados Trabalhando em Pequenas e Médias Empresas Brasileiras. *Cadernos EBAPE.BR*, 19(2), 252-264.

Yamamoto, G. do C., & Oliveira, J. S. de. (2021). Imigração como prática de organização: discussões sobre práticas de organização, deslocamento e integração de imigrantes haitianos na Região Metropolitana de Goiânia, em Goiás, Brasil. *Cadernos EBAPE.BR*, 19(2), 292–306.

Yin, R. K. (2015). Estudo de caso: planejamento e métodos. Tradução: Cristhian Matheus Herrera. – 5. ed. Porto Alegre: Bookman.

Zubaran, C. (2008). The quest for recognition: Brazilian immigrants in the United States. *Trans-cultural Psychiatry*, 45(4), 590-610.

Recebido em: 9-11-2021

Aprovado em: 9-10-2023

Avaliado pelo sistema double blind review.

Disponível em <http://mjs.metodista.br/index.php/roc>